

# «QUIS SABER QUEM SOU» LÓGICAS DISCURSIVAS DOMINANTES NA NARRATIVA IDENTITÁRIA DO PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Gonçalo Margato<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

«Quis saber quem sou» é o primeiro verso da canção interpretada por Paulo de Carvalho, vencedora do Festival da Canção em 1974 e que serve como primeira senha da revolução levada a cabo a 25 de abril do mesmo ano, pelo Movimento das Forças Armadas (MFA)<sup>2</sup>. Se o verso remete inequivocamente para um questionamento identitário do indivíduo, o presente ensaio pretende operar esse mesmo questionamento ao nível da democracia portuguesa.

Assim, procuramos sinalizar quais as principais lógicas discursivas que dominam as narrativas identitárias utilizadas pelas elites políticas, no Portugal democrático. Para tal, recorreremos a uma revisão bibliográfica interdisciplinar, que se centra nos contributos de diversas ciências sociais e humanas, mas também na análise dos discursos do Presidente da República (PR) e do presidente da Assembleia da República (PAR) nas sessões comemorativas do aniversário da Revolução de Abril, entre 2012 e 2022.

Para tal, primeiramente, começaremos por analisar criticamente as opções metodológicas que definimos na conceção do presente texto.

Posto isto, dedicar-nos-emos a discutir simultaneamente a relevância política da lógica da «identidade nacional» e a história da construção dessa mesma metanarrativa nacionalista no quadro político português, no tempo longo, procurando também definir uma relação lógica entre tempo (nomeadamente, o passado) e identidade nacional.

## RESUMO

Os 48 anos, qual é a relação entre a democracia portuguesa e a metanarrativa identitária nacional? O presente ensaio procura, a partir da análise de discursos e de uma ampla revisão bibliográfica, perceber quais as lógicas discursivas que dominam a narrativa identitária tal como ela é postulada pelas elites políticas democráticas. Neste sentido, identificamos três expedientes predominantes na forma como a identidade nacional tem sido pensada em democracia: reconstrução, oclusão e inserção.

*Palavras-chave:* construção identitária, democracia portuguesa, elites socio-políticas, identidade nacional.

## ABSTRACT

‘QUIS SABER QUEM SOU’ –  
DOMINANT DISCURSIVE  
TENDENCIES IN THE  
NARRATIVE OF IDENTITY  
OF THE PORTUGUESE  
DEMOCRACY

After 48 years, how can we describe the relationship between Portuguese democracy and the national identity metanarrative? This essay aims to understand which discursive tendencies dominate the identity narrative



reproduced by the Portuguese democratic elites, based on an analysis of discourses and on a vast bibliographic revision. As so, we identify three major expedients used to reflect about the Portuguese national identity during democracy: reconstruction, occlusion, and insertion.

*Keywords:* construction of identities, national identity, Portuguese democracy, socio-political elites.

Olhando para o período pré-constitucional como um momento de rutura, o capítulo seguinte é dedicado a uma análise sobre a forma como as elites político-partidárias procuraram reconstruir algumas narrativas diretamente ligadas à problemática da identificação nacional, com recurso àquilo que definimos como as três principais lógicas discursivas identificáveis na reconstrução identitária pós-1974.

O penúltimo capítulo dedica-se a uma sistematização daquilo que pensamos como os principais expedientes discursivos construídos pelas elites políticas e reproduzidas socialmente, que acabam por ter implicações várias na sociedade portuguesa contemporânea, como procuramos demonstrar.

Por fim, sistematizaremos o nosso argumento, tendente a identificar as três principais linhas que dominam a construção da metanarrativa identitária que suporta politicamente a democracia portuguesa: uma primeira, de reconstrução de determinadas ideias preexistentes à luz dos novos quadros internacionais nos quais Portugal se procura inserir; uma segunda, de criação de ocasos sobre um conjunto de problemáticas que se tentam afastar da discussão mediática e do espaço público; e uma terceira, de inserção de um repertório de novos símbolos, datas e discursos associados a lemas como «os valores de Abril».

## **IDENTIDADES NACIONAIS: OPÇÕES METODOLÓGICAS**

Pensar identidades sociopolíticas é um processo que pode recorrer a diversas abordagens metodológicas, mediante o esforço conceptual utilizado e os propósitos da própria investigação encetada.

Para os fins do presente ensaio, pensámos as identidades como uma produção que é construída artificialmente por elites culturais e políticas<sup>3</sup> e que acaba por ser utilizada como discurso legitimador para determinados projetos políticos, nas suas mais variadas aceções<sup>4</sup>.

Como tal, procuramos olhar para a construção das narrativas identitárias a partir das elites políticas e, deste modo, o relativo enfoque da investigação na análise dos discursos do PR e do PAR nas sessões comemorativas do aniversário da Revolução de Abril, entre 2012 e 2022. Esta escolha é, contudo, uma opção metodológica que precisa de ser justificada.

Em primeiro lugar, a escolha dos atores deve-se à natureza dos cargos: são as duas primeiras figuras do Estado português<sup>5</sup> e, de maneiras diferentes, são cargos cuja natureza ultrapassa o debate partidário, sendo revestidos, embora de forma distinta entre si, de uma representatividade que remete mais para lógicas de unidade e de procura por lugares-comuns<sup>6</sup>, não relegando o facto de reconhecermos que a identificação ideológica de cada ator influencia a sua intervenção política<sup>7</sup>.

Em segundo lugar, os discursos em específico servem o propósito da reflexão que aqui desenvolvemos – procuramos olhar para a (re)construção identitária na democracia portuguesa e, como tal, interessam-nos discursos em que a problemática do 25 de Abril, como momento inaugural da vida em democracia, seja o centro da reflexão e colocado em perspetiva. Notemos a particularidade específica deste cerimonial – é um exemplo único de um parlamento nacional que chama a si mesmo a herança direta do momento revolucionário<sup>8</sup> e a responsabilidade por essa mesma evocação<sup>9</sup>.

Em terceiro lugar, o período temporal permite-nos a identificação de tendências discursivas, ultrapassando os grandes temas quotidianos. Iniciamos a análise no momento em que Portugal está sujeito ao resgate financeiro da denominada «Troika», momento em que a credibilidade do país na cena internacional foi profundamente afetada, com constrangimentos significativamente à atuação dos principais atores políticos<sup>10</sup>. Optámos, como tal, por nos debruçarmos sobre os últimos dez anos de discursos<sup>11</sup>, passando pelo período da crise económica e financeira, pela formação da apelidada «Geringonça» e pela crise pandémica. Contámos dois PR e três PAR, todos ligados aos maiores partidos do sistema político português<sup>12</sup>, quer ao centro-direita [Partido Social Democrata (PPD-PSD)], quer ao centro-esquerda [Partido Socialista (PS)].

**Tabela 1** > Distribuição dos presidentes da República e presidentes da Assembleia da República e respetiva identificação partidária (2012-2022)

Ano do discurso	Presidente da República	Identificação partidária	Presidente da Assembleia da República	Identificação partidária
2012	Aníbal Cavaco Silva	PPD-PSD	Assunção	PPD-PSD
2013			Esteves	
2014				
2015				
2016	Marcelo Rebelo de Sousa	PPD-PSD	Eduardo	PS
2017			Ferro	
2018			Rodrigues	
2019				
2020				
2021				
2022			Augusto Santos Silva	

Sobre estes discursos, importa relevar que eles são formas políticas que decorrem simbólica e performativamente em cerimónias evocativas e recorrem a um expediente enunciativo específico que os tornam testemunhos parciais desta metanarrativa iden-

titária: reúnem em si, simultaneamente, um passado, um presente e um futuro que se mesclam e convergem para uma ideia de experiência comum e partilhada por todos os membros da comunidade política, próprios de uma metanarrativa identitária, como passaremos a analisar. Apenas o discurso de Cavaco Silva em 2013<sup>13</sup> se pode considerar uma anomalia maior no conjunto analisado, uma vez que o PR opta por uma reflexão sobre a intervenção financeira da qual o país estava a ser alvo, recusando qualquer referência de relevo à data assinalada ou ao projeto nacional – todavia, este discurso deve ser interpretado no conjunto das intervenções públicas do segundo mandato de Cavaco Silva, sendo autoexplicativo<sup>14</sup>.

Para além destes discursos, analisámos os contributos de antropólogos, sociólogos, politólogos, historiadores e filósofos com o intuito de contribuir para a reflexão sobre as tendências discursivas que procuramos identificar, mas também para permitirem concretizar a forma como estas mesmas realidades discursivas moldam realidades sociais.

### **A RELEVÂNCIA POLÍTICA DA IDENTIDADE NACIONAL**

A identidade nacional assoma-se como uma metanarrativa que procura fazer sentido de um conjunto de construções sociais no tempo longo, sobre as quais assenta a construção de uma *comunidade nacional imaginada*<sup>15</sup> numa continuidade dialética entre o passado, o presente e o futuro e o espaço geográfico reclamado por essa comunidade<sup>16</sup>. De uma forma geral, referimo-nos a uma construção que parte do presente enunciativo, e que reconstrói o passado e o futuro à sua imagem. Estas construções sociais incluem a fabricação de ícones, de símbolos, de formulações discursivas, de memórias partilhadas, mas também de um conjunto de práticas que podemos definir como políticas de passado e de memória.

As políticas de passado e de memória consistem no esforço mais ou menos ativo das elites culturais e políticas de uma determinada comunidade em estabelecer visões dominantes do passado que sustentem uma determinada metanarrativa identitária favorável quer à manutenção da comunidade política, quer do regime vigente<sup>17</sup>. Estes expedientes são plurais e podem incluir uma dimensão mais performativa (não legislativa)<sup>18</sup> ou outras mais empíricas, como o sistema de ensino e os respetivos programas escolares, os dispositivos de gestão patrimonial, o desenvolvimento/apoio de programas culturais, a criação e organização de redes de museus, os critérios de seleção na atribuição de bolsas de investigação, a gestão do espaço público (e. g., toponímia), a aposta de recursos nesta ou naquela comemoração – todos eles tendo em vista a definição de uma narrativa predominante que permita uma visão holística do passado comum da comunidade política.

Na contemporaneidade, os projetos de identificação nacional, especialmente em espaço europeu, emergem no século XIX<sup>19</sup> e são encetados pelas elites políticas e culturais de uma putativa comunidade política, mas necessitam de conhecer um processo de massificação, que normalmente opera pela tipificação, patrimonialização e emblematização

de símbolos e ícones no sentido de criar um sentimento de pertença, identificação e partilha junto do maior número de elementos dessa comunidade<sup>20</sup>.

No caso português, o processo de penetração do Estado no espaço geográfico nacional, que se inicia de forma mais sistemática no mesmo período<sup>21</sup>, é paralelo ao desenvolvimento das ciências sociais e humanas que se dedicam à identificação/tipificação do «ser português», através dos mais diversos expedientes. Tal como a penetração do aparelho de Estado<sup>22</sup>, também a construção da narrativa identitária, especialmente no último quartel do século XIX, revela preocupações de incluir a dimensão imperial da identificação nacional<sup>23</sup>, que será basilar para a reprodução e desenvolvimento destes mesmos discursos nos regimes políticos entre a Monarquia Constitucional e o 25 de Abril.

Genericamente, podemos identificar três repertórios temáticos que marcaram a construção identitária de Portugal no tempo longo: as lógicas de ruralidade, associadas a ideários bucólicos e idílicos; a maritimidade, o expansionismo colonial e o Império e o cristianismo messiânico, aliado ao sebastianismo, sustentado num ideário rastreável até ao Milagre de Ourique e ao surgimento do país enquanto entidade política autónoma<sup>24</sup>.

O regime que, de forma mais sistemática e consistente, mobilizou esforços consideráveis na massificação, no desenvolvimento, no aprofundamento e na estereotipificação destes três repertórios, perfeitamente articulados entre si, numa narrativa que susteve o próprio regime durante largas décadas, foi o denominado «Estado Novo». Este expediente valia-se de um aparelho propagandístico diverso, apostado na estilização da cultura popular, mas também beneficiava da atuação da censura, do sistema de ensino ou da Mocidade Portuguesa: todos estes mecanismos convergindo para a construção de um ideal de «bom português»<sup>25</sup>.

Esta será uma das heranças mais pesadas que a democracia portuguesa receberá: o aparelho do regime anterior conseguira uma habituação ao vácuo de mobilização sociopolítica, uma percentagem de analfabetismo muito significativa e uma postura acrítica de grandes fações da sociedade, suportadas por elites locais conservadoras, com o apoio da estrutura nacional da Igreja Católica<sup>26</sup>.

Aqui residirá uma das questões mais críticas para a democracia portuguesa: um país cuja metanarrativa identitária assenta nos três pilares supramencionados surge, no momento pós-revolucionário, num ciclo de abandono do mundo rural<sup>27</sup>, com um projeto de descolonização para operacionalizar e um projeto político necessariamente laico. A metanarrativa está colocada em causa e as relações da comunidade com o seu passado estão impregnadas de dogmas e construções do aparelho de propaganda ditatorial.

## **O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E A FORMULAÇÃO DE LÓGICAS DISCURSIVAS PARTIDÁRIAS**

A 25 de abril de 1974, um conjunto de chefias intermédias dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas, organizados naquele que ficaria conhecido como o MFA, levou a cabo um golpe político que tinha por objetivo dar sequência a um conjunto de rei-

vindicações ligadas à insustentabilidade da continuidade do esforço militar no quadro operacional das colónias<sup>28</sup>. Inicia-se nesse dia aquele que definiremos como período pré-constitucional considerado até 25 de abril de 1976. Este período será palco de uma anormal multiplicação de iniciativas e tumultos sociopolíticos no país<sup>29</sup>, que constringiriam o futuro do regime democrático português.

O Programa do MFA revela uma objetiva preocupação da importância de uma aposta nas dimensões afetas à mobilização política, social e cultural da população portuguesa<sup>30</sup>, relevando a importância de desconstruir as pesadas heranças do regime anterior: reconhece-se a necessidade de socializar e consciencializar para a democracia uma população fortemente analfabeta ou cuja escassa escolarização havia sido dominada por dogmas propagandistas do Estado Novo. Neste sentido, são desenvolvidas várias iniciativas políticas, diversas, que visam cimentar uma alteração do paradigma identitário português e da sua relação com o passado, contradizendo a metanarrativa salazarista que associava as virtudes da complacência, da pacatez (e até mesmo da ignorância) ao ideal de «bom português». A título de exemplo, as Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica seriam o projeto mais paradigmático no sentido de «ressocializar democraticamente», especialmente o interior do país<sup>31</sup>.

É neste período que os partidos políticos ditos «pais fundadores» da democracia portuguesa definem a sua postura dominante face ao passado e à identidade nacional,

É NESTE PERÍODO QUE OS PARTIDOS POLÍTICOS DITOS «PAIS FUNDADORES» DA DEMOCRACIA PORTUGUESA DEFINEM A SUA POSTURA DOMINANTE FACE AO PASSADO E À IDENTIDADE NACIONAL, SENDO ESTE UM DOS MAIS IMPORTANTES DESENVOLVIMENTOS DAS LÓGICAS DISCURSIVAS AO NÍVEL DAS ELITES.

sendo este um dos mais importantes desenvolvimentos das lógicas discursivas ao nível das elites. O Partido Comunista Português (PCP) apoiou, no período pré-constitucional, as iniciativas que visavam uma alteração paradigmática da lógica identitária, cujo projeto político necessitava de intervenções que transformassem a forma como a população portuguesa pensava a sua

realidade, muitas vezes dominada pelos dogmas do catolicismo conservador. O partido aposta numa reconstrução identitária fundamentada nas lógicas essencialmente da inserção, naquilo que podemos denominar por «guerreiros mnemónicos de abril» (GMA), no sentido em que as suas inserções apontam para a evocação das conquistas revolucionárias, evocando num primeiro momento as reformas sociais do período revolucionário e, já no período constitucional, o legado social na Revolução<sup>32</sup>, patente no texto constitucional.

Já o PS adota uma posição distinta, decorrente do seu paradigma ideológico. Se o PCP é tradicionalmente associado (chamando a si essa herança) à vasta maioria da resistência antifascista durante o período ditatorial, o PS evoca regularmente a sua filiação numa tradição política portuguesa republicana, reclamando também um papel de relevo na resistência ao Estado Novo, especialmente após a constituição da Ação Socialista Portuguesa<sup>33</sup>.

Todavia, a sua formação enquanto partido, em 1973, na República Federal da Alemanha, aproxima-o da tradição social-democrata europeia que será essencial na consolidação ideológica do partido. Especialmente quando Soares assume a pasta dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório, o PS constrói uma defesa intransigente da relevância inquestionável da dimensão europeia na forma como o partido pensa a política portuguesa<sup>34</sup>. A sua atitude aposta essencialmente na lógica conciliadora e pluralista da reconstrução de ideias já amplamente disseminadas, associada à sua consubstanciação como partido *catch-all*<sup>35</sup>: conseguimos, de uma forma geral, identificar uma lógica algo ambígua, apostando também na inserção de repertórios evocativos quer do 25 de Abril, quer do 25 de Novembro<sup>36</sup>.

O Partido Popular Democrata (PPD-PSD), apesar de emergir também na linha da social-democracia, pautar-se-á por uma postura mais conservadora, defensora da introdução tecnocrática (que faz com que as questões do passado sejam introduzidas numa lógica de discussão da atualidade<sup>37</sup>) e permeável ao projeto da doutrina cristã social (que ganhara força na oposição salazarista no pós-Vaticano II): um partido com graves problemas identitários<sup>38</sup>, próprios também da sua abrangência de base, típica de um partido *catch-all*<sup>39</sup>. A sua narrativa política face ao passado é descrita como *reconciliadora*<sup>40</sup>, em parte por ser fundado por membros da apelidada «Ala Liberal», que foram eleitos pela União Nacional na chamada «Primavera Marcelista»<sup>41</sup> – o PPD-PSD será um grande promotor dos silêncios da elite política face ao passado.

Pela mesma senda, manter-se-á o Centro Democrático Social, futuramente Partido Popular (CDS-PP), de surgimento mais tardio neste período, que se reclama herdeiro da democracia social da Igreja e que, ao longo do período democrático, ocupará um lugar de destaque na agregação de setores mais conservadores da sociedade portuguesa. O CDS-PP ocupa um papel de «guerreiro mnemónico de novembro» (GMN) – para além dos silêncios ou de uma tendência de recuperação de discursos salazaristas, as suas inserções são mais no sentido da evocação do 25 de Novembro enquanto momento de «refrear os ímpetus revolucionários».

É neste período, como vimos, que se definirão os posicionamentos dos partidos que dominarão a vasta maioria da vivência portuguesa em democracia<sup>42</sup> face à identidade e ao passado do país. A emergência dos restantes partidos procurará, *grosso modo*, reproduzir as tendências gerais de oposição direita-centro-esquerda, respetivamente, GMN – tendência conciliadora – GMA.

Até ao final do século XX, quer a produção académica<sup>43</sup> quer a sociedade civil<sup>44</sup> passarão por algo comparável a um *período de nojo*, em que se abate o silêncio face ao passado, especialmente sobre a sua dimensão colonial.

## **LÓGICAS DISCURSIVAS DOMINANTES NA NARRATIVA IDENTITÁRIA EM DEMOCRACIA**

O processo de (re)construção de uma identidade que suportasse a continuidade da comunidade política e, simultaneamente, o novo regime pós-autoritário dá-se essen-

cialmente a partir de três grandes tendências gerais: i) a reconstrução de determinadas ideias preexistentes; ii) a criação de silêncios face a um conjunto de problemáticas cuja discussão é evitada; e iii) a criação de novos pressupostos, a vasta maioria associada aos já referidos «valores de abril».

Se, durante o período revolucionário, o MFA leva a cabo as CDCAC, que se podem inscrever na procura de uma reconstrução de determinados estigmas identitários, o 25 de novembro de 1975 trará consigo o assentamento de não-assuntos, através da naturalização de algumas construções sociais.

Um dos principais expedientes a que as elites sociopolíticas têm recorrido consiste em práticas de revitalização de lugares-comuns discursivos (odes ao empreendimento expansionista, lógicas lusotropicalistas) à luz das principais agendas internacionais: o desenvolvimento, a globalização, os oceanos... Aqui encontramos, por exemplo, momentos simbólicos como a assinatura do Tratado de Adesão às Comunidades Europeias que teve lugar no Mosteiro dos Jerónimos, numa lógica evocativa da grandiosidade de um passado esgotado, mas que serve de base à exaltação nacional<sup>45</sup>. Mais flagrante, assoma-se a construção temática da Expo'98<sup>46</sup>, na senda da qual surgem a cerimónia de abertura do Campeonato Europeu de Futebol 2004 e o Festival Eurovisão da Canção 2018, em que as temáticas oceânicas e da navegação continuam presentes. De forma mais ou menos consciente, este tipo de práticas reproduz subnarrativas rastreáveis até ao discurso da «missão civilizadora» e do «fardo do homem branco».

É esta reconstrução discursiva que Lourenço sinaliza face à emigração, vendo aqui a realocação do traço identitário do português-colonizador no português-emigrante, recuperando a lógica da fácil integração lusotropicalista e essencial para a revitalização social da significação de saudade, outrora associada à maritimidade<sup>47</sup>. Lógica contrastante com a de Santos Silva<sup>48</sup>, que reivindica para a diáspora um papel silenciado na construção democrática. Na verdade, a diáspora é um pilar essencial na reconstrução democrática da identidade: trata-se de uma interface privilegiada de construção identitária (as identidades constroem-se por oposição ao outro, diferente) e dá sentido à revitalização do antigo Dia da Raça, herdado do regime anterior, hoje Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

No plano internacional, a constituição da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a afirmação de Portugal como um país criador de pontes e promotor do multilateralismo, especialmente no contexto das presidências do Conselho da União Europeia<sup>49</sup>, sustentadas numa lógica de «propensão natural dos portugueses» para a criação de pontes, relembram discursos lusotropicalistas nos quais o aparelho diplomático português se apoiou, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial<sup>50</sup>.

Estas reconstruções ignoram seletivamente as faces violentas nas quais assentou o empreendimento imperial – da escravatura ao trabalho forçado, passando pela expropriação de terras e de materiais e pela negação de culturas, de práticas, de ideias e de mundivisões<sup>51</sup>.



Como tal, a Guerra Colonial tem sido predominantemente um não-assunto no debate político e no espaço social – trabalhos recentes acentuam a negligência com que os antigos combatentes foram tratados, muitos deles tendo regressado com mutilações físicas e com variados traumas<sup>52</sup>. A ausência de um acompanhamento do Estado, cuja primeira legislação sobre o tema chega tardiamente, permite que estes antigos combatentes sejam focos de violência nos seus seios familiares, ou que entrem em ciclos de dependência, criando, no geral, um problema que é invisibilizado socialmente.

Outras pesquisas<sup>53</sup> têm enfatizado a forma como discursos neolusotropicalistas<sup>54</sup> podem ser utilizados como legitimadores

de formas de discriminação quotidianas e sistémicas, sob a lógica de os portugueses terem uma tendência natural para a «miscigenação» e, como tal, para a integração do «outro», tornando estas discriminações (racismo, islamofobia, xenofobia ou cigano-fobia) não-lugares na discussão dos problemas sociais do país.

Os próprios programas escolares negam um lugar ao questionamento das realidades históricas de violência em Portugal – o colonialismo português é vastamente retratado como mais benévolo que os seus congéneres europeus. A lógica de construção nacional é basilar ao programa da disciplina de Português no Ensino Secundário, reproduzindo a centralidade d’*Os Lusíadas* e da *Mensagem*, obras marcadas pelo nacionalismo acrítico e pela ênfase numa ideia de excecionalismo mítico do projeto político português, sebastianista e messiânico, fortemente colonial. O sistema de ensino é o meio, por excelência, da massificação de uma ideologia nacional dominante<sup>55</sup> e escasseiam os esforços para uma recuperação crítica dessa mesma identidade a partir do sistema de ensino.

Os silêncios espalham-se entre temas relativos ao regime anterior, mas também ao período pré-constitucional da democracia: as elites políticas tendem a suprimir este tipo de debates<sup>56</sup>, que se vão reacendendo episodicamente, por exemplo, aquando da morte de Otelo Saraiva de Carvalho<sup>57</sup>, figura incontornável da Revolução de Abril, ou de Adriano Moreira, ator político de relevo quer no Estado Novo, quer em democracia<sup>58</sup>. O discurso de Rebelo de Sousa em 2021, exigido por contingências sociais nacionais e internacionais, vem apenas confirmar esse mesmo silêncio<sup>59</sup> – a sinalização pela mais alta figura do Estado, eleita diretamente pelos cidadãos, de que existe uma discussão, acima de tudo social, para ser feita sobre o passado colonial de violência, comprova a falta de iniciativa política nesse sentido, redundando em pouco mais do que essa sinalização<sup>60</sup>.

Às reconstruções e aos silêncios acrescem, como mencionámos, as várias interpretações face ao processo revolucionário e aos méritos, aos valores e às ideias que dele resultam,

A GUERRA COLONIAL TEM SIDO  
PREDOMINANTEMENTE UM NÃO-ASSUNTO NO  
DEBATE POLÍTICO E NO ESPAÇO SOCIAL.  
OS PRÓPRIOS PROGRAMAS ESCOLARES NEGAM UM  
LUGAR AO QUESTIONAMENTO DAS REALIDADES  
HISTÓRICAS DE VIOLÊNCIA EM PORTUGAL – O  
COLONIALISMO PORTUGUÊS É VASTAMENTE  
RETRATADO COMO MAIS BENÉVOLO QUE OS SEUS  
CONGÉNERES EUROPEUS.

os já referidos «valores de abril». Estes são um repertório próprio, alvo de disputa política permanente – entre os anteriormente apelidados GMN e GMA – especialmente considerando o período de maior fragmentação partidária<sup>61</sup> que o sistema partidário português atravessa na atualidade.

Atendendo ao Preâmbulo da Constituição da República Portuguesa, os «valores de abril» consubstanciam-se como tendentes a

«assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno»<sup>62</sup>.

Olhando para os discursos que analisámos, a democracia portuguesa na contemporaneidade é sistematicamente europeia, e pontualmente transatlântica. Neste contexto, destacam-se as intervenções de Assunção Esteves, com enfoque bastante enfático na inserção de uma dimensão europeia e de uma natureza cosmopolita pós-nacional do projeto do Portugal democrático<sup>63</sup>. As lógicas discursivas persistentes, especialmente após o quadragésimo aniversário, assentam no agradecimento ao esforço fundacional dos militares de Abril, representados pela Associação 25 de Abril; na centralidade do ordenamento constitucional que decorre do texto de 1976, relevando acima de tudo a importância da Assembleia da República nesse mesmo ordenamento e, mais iterativamente, na importância do papel das Forças Armadas na manutenção do Estado de direito democrático.

Os PAR afetos ao PS fazem questão de assinalar a importância da persistência de desigualdades sociais que importa combater, a bem da aproximação do ideal de igualdade, garante de liberdade e de democracia. Aliás, o par liberdade-democracia é essencial na caracterização do património de Abril. Por outro lado, entre os PR e Assunção Esteves encontramos uma tendência para enfatizar a dimensão jurídica e institucional do património da democracia portuguesa, convergindo com as lógicas discursivas do PPD-PSD sinalizadas na literatura<sup>64</sup>.

Quanto à realidade partidária parlamentar, os partidos mais à esquerda tendem a ser mais incisivos na associação da democracia aos direitos sociais, à importância paradigmática do texto constitucional, associados aos versos da canção de Godinho «Paz, pão, habitação, saúde e educação»<sup>65</sup>.

Mais à direita, emergem tradicionalmente as maiores críticas ao projeto político em curso, também devido a outras conceções de liberdade<sup>66</sup>, atualmente minadas por um partido que repudia o regime político encetado a 25 de abril de 1974<sup>67</sup>. Importa ainda destacar um outro tópico, que a ascensão da Iniciativa Liberal fez emergir junto dos meios mediáticos – o questionamento da importância histórica do 25 de Novembro no quadro geral do património herdado do período revolucionário<sup>68</sup>.

**Tabela 2** > Lógicas discursivas identificadas e alguns exemplos

Lógicas discursivas	Exemplos
Reconstrução	Portugal enquanto «país construtor de pontes», cosmopolitismo
	Rejeição do racismo e xenofobia – teses neolusotropicalistas
	Alocação da «saudade» do espaço colonial-atlântico para a diáspora
Oclusão (silenciamento)	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
	Dimensão da violência do Estado Novo: repressão e colonialismo
	Guerra Colonial, trauma e o impacto social da violência colonial
Inserção	Período Revolucionário em Curso e extremismos em democracia
	Valores de Abril: democracia, liberdade e conquistas sociais
	Valores de Novembro: ordenamento constitucional, aparelho institucional
	Multilateralismo, natureza europeia, aliança transatlântica

## REFLEXÕES FINAIS

Em suma, sustentamos que a reconstrução da identidade nacional portuguesa ao longo do tempo se baseou essencialmente na opção pela não problematização dos pressupostos anteriores, apesar das enormes mudanças sociais que estão adscritas ao próprio processo de construção e consolidação democrática em Portugal. Este não questionamento resultou na reprodução de violências e de problemas sociais, como aqueles que exemplificámos ao longo do ensaio.

Não obstante, no processo de reconstrução desta narrativa identitária, as elites políticas não procuraram ter, como as suas contrapartes do regime anterior, um papel ativo na compatibilização da metanarrativa nacional, de forma a convergir simultaneamente para a sustentabilidade do regime. A recuperação de um modelo de ensino preocupado com uma cidadania democrática é recente, adscrito ao *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*<sup>69</sup>.

Como tal, olharmos para a metanarrativa identitária predominante em quarenta e oito anos de democracia é identificarmos os três expedientes que temos vindo a analisar<sup>70</sup>. Uma lógica de reconstrução narrativa mimetiza ironicamente a introdução do lusotropicalismo, em substituição do mito do fardo do bom colonizador, quando este deixou de ser aceite internacionalmente, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial.

O expediente do silenciamento e da redução ao não-assunto foi aquele que mais foi usado e, não obstante ser um ocaso, é simultaneamente uma forma de violência, especialmente face às franjas mais vulneráveis da sociedade. Por fim, a introdução do repertório próprio da democracia, ligado aos «valores de Abril», continua a não ter uma grande força discursiva, devido à elevada disputa política de que é alvo, mas também pelo silenciamento da discussão do período revolucionário, que também analisámos. Portugal é hoje um país que procura, política e socialmente, saber quem é, que valores defende, e onde a literacia para a democracia, com espaço para a discussão de todos os temas não tratados, poderá ser a chave para a recuperação de um articulado identitário que se assoma hoje como uma metanarrativa frágil, independentemente dos 900 anos de história que tem. Todavia, essa reflexão não tem espaço no presente ensaio. **RI**

Data de receção: 19 de setembro de 2022 | Data de aprovação: 1 de fevereiro de 2023

**Gonçalo Margato** Mestrando em História Moderna e Contemporânea no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa. Colabora atualmente com a

Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril.

> ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal | goncalo\_margato@iscte-iul.pt

## NOTAS

**1** Não obstante o argumento ser da única responsabilidade do autor, um agradecimento é devido à equipa do Núcleo de Estudos de Ciência Política e Relações Internacionais (mandato 2021-2022) por ter permitido encetar estas reflexões. Um agradecimento também às sugestões do júri do Prémio de Ensaio «25 de Abril», e os comentários essenciais de Bruno Filipe, Inês Torres e Juliana Esteves.

**2** CARVALHO, Paulo de – «E Depois do Adeus»: a senha da Revolução explicada por Paulo de Carvalho». Consultado em: 19 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.lisboa.pt/atualidade/noticias/detalhe/e-depois-do-adeus-a-senha-da-revolucao-explicada-por-paulo-de-carvalho>.

**3** LEAL, João – «Apresentação». In *Etnografias Portuguesas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 17.

**4** EASTON, David – «An approach to the analysis of political systems». In *World Politics*. Vol. 9, N.º 3, 1957, pp. 383-400.

**5** «LEI N.º 40/2006, de 25 de agosto». In *Diário da República*. N.º 164, 2006,

pp. 6185-6190. Consultado em: 17 de julho de 2022. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/40/2006/08/25/p/dre/pt/html>.

**6** FREIRE, André; SANTANA-PEREIRA, José – «O sistema semipresidencial português em tempos de crise, 2011-2016». In *Presidentes e (Semi)presidencialismo nas Democracias Contemporâneas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, p. 218.

**7** FERNANDES, Jorge; JALALI, Carlos – «Uma presidência renovada? O semipresidencialismo português e as eleições de 2016». In *Presidentes e (Semi)presidencialismo nas Democracias Contemporâneas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, pp. 274-275.

**8** «INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE da Assembleia da República, Assunção Esteves, na Sessão Solene Comemorativa do 40.º Aniversário do 25 de Abril». Consultado em: 28 de outubro de 2022. Disponível em: <https://av.parlamento.pt/DefaultVideo.aspx?s=0&id=20140425pln.xml&idsegmento=8&filter=true&q=Assun%C3%A7%C3%A3o+Esteves>.

**9** FISHMAN, Robert – «A democracia excecional de Portugal: como a Revolução

dos Cravos conduziu a vantagens políticas duradouras». In *45 Anos de Democracia em Portugal*. Lisboa: Assembleia da República, 2020, pp. 40-41.

**10** FREIRE, André; SANTANA-PEREIRA, José – «O sistema semipresidencial português em tempos de crise, 2011-2016», p. 226.

**11** Ver tabela 1 (p. 039).

**12** JALALI, Carlos – *Partidos e Sistemas Partidários*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017, p. 71.

**13** «DISCURSO DO PRESIDENTE da República na 39.ª Sessão Comemorativa do 25 de Abril». Consultado em: 23 de outubro de 2022. Disponível em: <https://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/?idc=22&idi=72991&action=7>.

**14** FREIRE, André; SANTANA-PEREIRA, José – «O sistema semipresidencial português em tempos de crise, 2011-2016», pp. 217-252.

**15** ANDERSON, Benedict – *Comunidades Imaginadas*. Reimpressão. Lisboa: Edições 70, 2021.

- 16 SOBRAL, José Manuel – *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012, p. 15.
- 17 EASTON, David – «An approach to the analysis of political systems», pp. 391-392.
- 18 RAIMUNDO, Filipa; DIAS, António Luís – «Guerreiros mnemónicos. Os partidos políticos e a memória da transição portuguesa durante as celebrações oficiais do 25 de Abril». In *45 Anos de Democracia em Portugal*, pp. 163-165.
- 19 HERMET, Guy – *História das Nações e do Nacionalismo na Europa*. 1.ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 131.
- 20 HOBBSAWM, Eric – *A Questão do Nacionalismo*. 2.ª edição. Lisboa: Terramar, 2004, p. 67.
- 21 TAVARES DE ALMEIDA, Pedro; BRANCO, Rui – «Apresentação». In *Burocracia, Estado e Território – Portugal e Espanha [Séculos XIX-XX]*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 9-11.
- 22 FARIA, Alice Santiago – «Administração colonial e obras públicas: as direções de Obras Públicas nos territórios do antigo Oriente português (1869-1926)». In *Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal – Séc. XIX*. Lisboa: Tinta da China, 2021, pp. 237-259.
- 23 VIEGAS, Susana de Matos; PINA-CABRAL, João de – «Na encruzilhada portuguesa: a antropologia contemporânea e a sua história». In *Etnográfica*. Vol. 18, N.º 2, p. 314.
- 24 SEIXAS, Miguel Metelo de – *Quinas e Castelos*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019, p. 16.
- 25 ALVES, Vera Marques – *Arte Popular e Nação no Estado Novo*. 1.ª edição. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013, pp. 21-22.
- 26 ROSAS, Fernando – «Os quatro regimes». In *O Século XX Português*. Lisboa: Tinta da China, 2020, pp. 52-53.
- 27 BAPTISTA, Fernando Oliveira – «Espanha e Portugal, um século de questão agrária». In *Mundo Rural*. Lisboa: Colibri, 2006, pp. 15-18.
- 28 ROSAS, Fernando – «Os quatro regimes», pp. 68-69.
- 29 SANCHIS, Pierre – «Introdução». In *Arraial: Festa de Um Povo*. Lisboa: Etnográfica Press, 1983, pp. 15-37.
- 30 MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS – *Programa do Movimento das Forças Armadas*. Consultado em: 3 de julho de 2022. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07>.
- 31 RAIMUNDO, Filipa – *Ditadura e Democracia, Legados de Memória*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018, pp. 58-59.
- 32 RAIMUNDO, Filipa; DIAS, António Luís – «Guerreiros mnemónicos...», pp. 168-177.
- 33 PARTIDO SOCIALISTA – *A Nossa História*. Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://ps.pt/a-nossa-historia/>.
- 34 MEDEIROS FERREIRA, José – *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*. 1.ª edição. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, pp. 95-105.
- 35 BELCHIOR, Ana Maria; FREIRE, André – «Is party type relevant to an explanation of policy congruence? Catchall versus ideological parties in the Portuguese case». In *International Political Science Review*. Vol. 34, N.º 3, 2013, p. 275.
- 36 RAIMUNDO, Filipa; DIAS, António Luís – «Guerreiros mnemónicos...», pp. 168-177.
- 37 *Ibidem*, p. 165.
- 38 MEDEIROS FERREIRA, José – *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*, pp. 105-112.
- 39 BELCHIOR, Ana Maria; FREIRE, André – «Is party type relevant to an explanation of policy congruence...», p. 275.
- 40 RAIMUNDO, Filipa – *Ditadura e Democracia, Legados de Memória*, pp. 90-91.
- 41 PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – *Cronologia*. Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.psd.pt/pt/cronologia>.
- 42 JALALI, Carlos – *Partidos e Sistemas Partidários*, pp. 72-74.
- 43 GODINHO, Paula – «Antropologia portuguesa contemporânea, casi medio siglo desde abril». In *Disparidades. Revista de Antropología*. Madrid. Vol. 74, N.º 2, 2019, p. 10.
- 44 RAIMUNDO, Filipa – *Ditadura e Democracia, Legados de Memória*, p. 68.
- 45 SOBRAL, José Manuel – *Portugal, Portugueses...*, pp. 78-79.
- 46 CARDINA, Miguel – «O passado colonial: do trajeto histórico às configurações de memória». In *O Século XX Português*. Lisboa: Tinta da China, 2020, pp. 389-391.
- 47 LOURENÇO, Eduardo – «A emigração como mito e os mitos da emigração». In *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 2022, pp. 118-135.
- 48 «INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, na Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril». Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/sites/PARXVL/Intervencoes/Paginas/Intervencoes/Sessao-Solene-Comemorativa-do-XLVIII-Aniversario-25-Abril-1974.aspx>.
- 49 SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno; HERMENEGILDO, Reinaldo Saraiva – «As presidiências portuguesas da União Europeia». In *Relações Internacionais*. N.º 48, 2015, pp. 61-78.
- 50 CARDINA, Miguel – «O passado colonial...», pp. 367-369.
- 51 SOUSA SANTOS, Boaventura de – «Descolonizar a História». Consultado em: 5 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rAhWELV092M>.
- 52 SENA MARTINS, Bruno – «A Guerra Colonial portuguesa na democratização da história: corpos, subjetividades e violências». In *Brasil e Portugal: Ditaduras e Transições para a Democracia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, pp. 248-249.
- 53 VALA, Jorge – *Racismo, Hoje: Portugal em Contexto Europeu*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021, pp. 126-128.
- 54 VALE DE ALMEIDA, Miguel – «O estranho caso da sobrevivência do lusotropicalismo». Consultado em: 6 de julho de 2022. Disponível em: <https://setentaetateatro.pt/ensaio/o-estranho-caso-da-sobrevivencia-do-luso-tropicalismo>.
- 55 HOBBSAWM, Eric – *A Questão do Nacionalismo*, p. 87.
- 56 Muitas vezes, o trabalho académico já se encontra feito, a questão que se coloca é massificá-lo, como refere FERRO RODRIGUES, Eduardo – «Sessão Solene Comemorativa do 44.º Aniversário do 25 de Abril de 1974». Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: [https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?pat\\_h=6148523063446f764c324679626d56304c334e704477567a4c311684a53556c4d5a576376523046433554546534c306442516c4242556b467963585670646d3876535735305a584a325a57356a7737566c637938794e5441304d6a41784f4638794e574669636d6c734d6a41784f4335775a47593d&fich=25042018\\_25abril2018.pdf&Inline=true](https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?pat_h=6148523063446f764c324679626d56304c334e704477567a4c311684a53556c4d5a576376523046433554546534c306442516c4242556b467963585670646d3876535735305a584a325a57356a7737566c637938794e5441304d6a41784f4638794e574669636d6c734d6a41784f4335775a47593d&fich=25042018_25abril2018.pdf&Inline=true).
- 57 HENRIQUES, João Pedro – «Otel. Alegre revoltado por não haver luto nacional. "Estou-te grato, pá!"". Consultado em: 27 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.dn.pt/politica/otel-alegre-revoltado-por-nao-haver-luto-nacional-estou-te-grato-pa-13973576.html>.
- 58 LOPES, Maria – «AR aprova voto de pesar pela morte de Adriano Moreira – PCP e BE votaram contra». Consultado em: 29 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/10/27/politica/noticia/ar-aprova-voto- pesar-morte-adriano-moreira-pcp-be-votaram-2025628>.
- 59 «DISCURSO DO PRESIDENTE da República na Sessão Solene Comemorativa do 47.º Aniversário do 25 de Abril». Consultado em: 16 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.presidencia.pt/atualidade/todo-a-atualidade/2021/04/discurso-do-presidente-da-republica-na-sessao-solene-comemorativa-do-47-0-aniversario-do-25-de-abril/>.
- 60 CARDINA, Miguel – *The Colonial Aphasia and the Crossroads of Memory*. Consultado em: 30 de junho de 2022. Disponível em: [https://memoirs.ces.uc.pt/ficheiros/4\\_](https://memoirs.ces.uc.pt/ficheiros/4_)

RESULTS\_AND\_IMPACT/4.3\_NEWSLETTER/MAPS\_MEMOIRS\_newsletter\_136\_MC\_en\_.pdf.

61 SARTORI, Giovanni – «Uma tipologia dos sistemas partidários». In *Ensaio de Política Comparada*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 99-130.

62 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. Consultado em: 29 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.

63 «INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE da Assembleia da República, Assunção Esteves, na Sessão Solene Comemorativa do 38.º Aniversário do 25 de Abril». Consultado em: 28 de outubro de 2022. Disponível em: <https://av.parlamento.pt/DefaultVideo.aspx?s=0&id=20120425pln.xml&idsegmento=8&filter=true&q=Assun%3CA7%3CA3o+Esteves>.

64 RAIMUNDO, Filipa; DIAS, António Luís – «Guerreiros mnemónicos...». pp. 170-178.

65 FERRO RODRIGUES, Eduardo – «Ses-

são Solene Comemorativa do 42.º Aniversário do 25 de Abril de 1974». Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: [https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a-53556c4d5a57637652304643554546534c-306442516c4242556b467963585670646d38765373505a584a325a57356a-7737566c637938794e5330774e4330794d-44453252476c7a593356796332396a5a584a7062573975615746664d6a5642596e4a-706244497774d545a325a6935775a47593d&fich=25-04-2016Discursocerimonia\\_25Abril2016vf.pdf&Inline=true](https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a-53556c4d5a57637652304643554546534c-306442516c4242556b467963585670646d38765373505a584a325a57356a-7737566c637938794e5330774e4330794d-44453252476c7a593356796332396a5a584a7062573975615746664d6a5642596e4a-706244497774d545a325a6935775a47593d&fich=25-04-2016Discursocerimonia_25Abril2016vf.pdf&Inline=true).

66 TAVARES, Rui – *Esquerda e Direita: Guia Histórico para o Século XXI*. 1.ª edição. Lisboa: Tinta da China, 2021, pp. 58-59.

67 CHEGA – *Manifesto Político Fundador*. Consultado em: 19 de julho de 2022. Disponível em: <https://partidochega.pt/index.php/manifesto/>. Disponível em: <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a-53556c4d5a57637652304643554546534c-306442516c4242556b467963585670646d38>

765373505a584a325a57356a-7737566c637938794e5330774e4330794d4453252476c7a593356796332396a5a584a7062573975615746664d6a5642596e4a70624449774d545a325a6935775a47593d&fich=25-04-2016Discursocerimonia\_25Abril2016vf.pdf&Inline=true.

68 «INICIATIVA LIBERAL VOLTA a celebrar o 25 de Novembro e dedica dia a reflexão sobre a juventude». Lusa. Consultado em: 29 de julho de 2022. Disponível em: <https://rr.sapo.pt/noticia/politica/2021/11/23/iniciativa-liberal-volta-a-celebrar-o-25-de-novembro-e-dedica-dia-a-reflexao-sobre-a-juventude/261804/>.

69 MARTINS, Guilherme d'Oliveira, coord. – *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação, 2017. Consultado em: 15 de junho de 2022. Disponível em: [https://dqe.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto\\_Autonomia\\_e\\_Flexibilidade/perfil\\_dos\\_alunos.pdf](https://dqe.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf).

70 Ver tabela 2 (p. 047).

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Vera Marques – *Arte Popular e Nação no Estado Novo*. 1.ª edição. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

ANDERSON, Benedict – *Comunidades Imaginadas*. Reimpressão. Lisboa: Edições 70, 2021.

BAPTISTA, Fernando Oliveira – «Espanha e Portugal, um século de questão agrária». In *Mundo Rural*. Lisboa: Colibri, 2006, pp. 15-47.

BELCHIOR, Ana Maria; FREIRE, André – «Is party type relevant to an explanation of policy congruence? Catchall versus ideological parties in the Portuguese case». In *International Political Science Review*. Vol. 34, N.º 3, 2013, pp. 273-288. DOI: 10.1177/019251121467215.

BRAGA DA CRUZ, Manuel – *O Sistema Político Português*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017.

CARDINA, Miguel – «O passado colonial: do trajeto histórico às configurações de memória». In *O Século XX Portugueses*. Lisboa: Tinta da China, 2020, pp. 357-411.

CARDINA, Miguel – *The Colonial Aphasia and the Crossroads of Memory*. Consultado em: 30 de junho de 2022. Disponível em: [https://memoirs.ces.uc.pt/ficheiros/4\\_RESULTS\\_AND\\_IMPACT/4.3\\_NEWSLETTER/MAPS\\_MEMOIRS\\_newsletter\\_136\\_MC\\_en\\_.pdf](https://memoirs.ces.uc.pt/ficheiros/4_RESULTS_AND_IMPACT/4.3_NEWSLETTER/MAPS_MEMOIRS_newsletter_136_MC_en_.pdf).

CARVALHO, Paulo de – «E Depois do Adeus»: a senha da Revolução explicada por

Paulo de Carvalho». Consultado em: 19 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.lisboa.pt/atuabilidade/noticias/detalhe/e-depois-do-adeus-a-senha-da-revolucao-explicada-por-paulo-de-carvalho>.

CHEGA – *Manifesto Político Fundador*. Consultado em: 19 de julho de 2022. Disponível em: <https://partidochega.pt/index.php/manifesto/>.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. Consultado em: 29 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.

«DISCURSO DO PRESIDENTE da República na 39.ª Sessão Comemorativa do 25 de Abril». Consultado em: 23 de outubro de 2022. Disponível em: <https://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/?idc=22&idi=72991&action=7>.

«DISCURSO DO PRESIDENTE da República na Sessão Solene Comemorativa do 47.º Aniversário do 25 de Abril». Consultado em: 16 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.presidencia.pt/atuabilidade/toda-a-atualidade/2021/04/discurso-do-presidente-da-republica-na-sessao-solene-comemorativa-do-47-o-aniversario-do-25-de-abril/>.

EASTON, David – «An approach to the analysis of political systems». In *World Politics*. Vol. 9, N.º 3, 1957, pp. 383-400. DOI: 10.2307/2008920.

FARIA, Alice Santiago – «Administração colonial e obras públicas: as direcções de

Obras Públicas nos territórios do antigo Oriente português [1869-1926]». In *Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal – Séc. XIX*. Lisboa: Tinta da China, 2021, pp. 237-259.

FERNANDES, Jorge; JALALI, Carlos – «Uma presidência renovada? O semipresidencialismo português e as eleições de 2016». In *Presidentes e (Semi)presidencialismo nas Democracias Contemporâneas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, pp. 253-278.

FERRO RODRIGUES, Eduardo – «Sessão Solene Comemorativa do 42.º Aniversário do 25 de Abril de 1974». Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: [https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a53556c4d5a57637652304643554546534c-306442516c4242556b467963585670646d38765373505a584a325a57356a7737566c637938794e5330774e4330794d444453252476c7a593356796332396a5a584a7062573975615746664d6a5642596e4a70624449774d545a325a6935775a47593d&fich=25-04-2016Discursocerimonia\\_25Abril2016vf.pdf&Inline=true](https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a53556c4d5a57637652304643554546534c-306442516c4242556b467963585670646d38765373505a584a325a57356a7737566c637938794e5330774e4330794d444453252476c7a593356796332396a5a584a7062573975615746664d6a5642596e4a70624449774d545a325a6935775a47593d&fich=25-04-2016Discursocerimonia_25Abril2016vf.pdf&Inline=true).

FERRO RODRIGUES, Eduardo – «Sessão Solene Comemorativa do 44.º Aniversário do 25 de Abril de 1974». Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a-53556c4d5a57637652304643554546534c->

306442516c4242556b467963585670646d3876535735305a584a325a57356a7737566c637938794e5441304d6a41784f4638794e574669636d6c734d6a41784f4335775a7593d&fich=25042018\_25abril2018.pdf&Inline=true.

FISHMAN, Robert – «A democracia excepcional de Portugal: como a Revolução dos Cravos conduziu a vantagens políticas duradouras». In *45 Anos de Democracia em Portugal*. Lisboa: Assembleia da República, 2020, pp. 33-45.

FREIRE, André; SANTANA-PEREIRA, José – «O sistema semipresidencial português em tempos de crise, 2011-2016». In *Presidentes e [Semi]presidencialismo nas Democracias Contemporâneas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, pp. 217-252.

GODINHO, Paula – «Antropologia portuguesa contemporânea, casi medio siglo desde abril». In *Disparidades. Revista de Antropologia*. Madrid. Vol. 74, N.º 2, 2019, pp. 1-30. DOI: 10.3989/dra.2019.02.014.

HENRIQUES, João Pedro – «Ótelo. Alegre revoltado por não haver luto nacional. "Estou-te grato, pá!"». Consultado em: 27 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.dn.pt/politica/otelo-alegre-revoltado-por-nao-haver-luto-nacional-estou-te-grato-pa-13973576.html>.

HERMET, Guy – *História das Nações e do Nacionalismo na Europa*. 1.ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

HOBSBAWM, Eric – *A Questão do Nacionalismo*. 2.ª edição. Lisboa: Terramar, 2004.

«INICIATIVA LIBERAL VOLTA a celebrar o 25 de Novembro e dedica dia a reflexão sobre a juventude». Lusa. Consultado em: 29 de julho de 2022. Disponível em: <https://rr.sapo.pt/noticia/politica/2021/11/23/iniciativa-liberal-volta-a-celebrar-o-25-de-novembro-e-dedica-dia-a-reflexao-sobre-a-juventude/261804/>.

«INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE da Assembleia da República, Assunção Esteves, na Sessão Solene Comemorativa do 38.º Aniversário do 25 de Abril». Consultado em: 28 de outubro de 2022. Disponível em: <https://av.parlamento.pt/DefaultVideo.aspx?s=0&id=20120425pln.xml&idsegmento=8&filter=true&q=Assun%C3%A7%C3%A7%C3%A3o+Esteves>.

«INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE da Assembleia da República, Assunção Esteves, na Sessão Solene Comemorativa do 40.º Aniversário do 25 de Abril». Consultado em: 28 de outubro de 2022. Disponível em: <https://av.parlamento.pt/DefaultVideo.aspx?s=0&id=20140425pln.xml&idsegmento=8&filter=true&q=Assun%C3%A7%C3%A7%C3%A3o+Esteves>.

«INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE da Assembleia da República, Augusto Santos

Silva, na Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril». Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/sites/PARXVL/Intervencoes/Paginas/Intervencoes/Sessao-Solene-Comemorativa-do-XLVIII-Aniversario-25-Abril-1974.aspx>.

JALALI, Carlos – *Partidos e Sistemas Partidários*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017.

LEAL, João – «Apresentação». In *Etnografias Portuguesas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, pp. 15-26.

«LEI N.º 40/2006, de 25 de agosto». In *Diário da República*. N.º 164, 2006, pp. 6185-6190. Consultado em: 17 de julho de 2022. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/40/2006/08/25/pdre/pt/html>.

LOPES, Maria – «AR aprova voto de pesar pela morte de Adriano Moreira – PCP e BE votaram contra». Consultado em: 29 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/10/27/politica/noticia/ar-aprova-voto-pesar-morte-adriano-moreira-ppc-be-votaram-20256528>.

LOURENÇO, Eduardo – «A emigração como mito e os mitos da emigração». In *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 2022, pp. 118-135.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira, coord. – *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação, 2017. Consultado em: 15 de junho de 2022. Disponível em: [https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto\\_Autonomia\\_e\\_Flexibilidade/perfil\\_dos\\_alunos.pdf](https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf).

MEDEIROS FERREIRA, José – *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*. 1.ª edição. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS – *Programa do Movimento das Forças Armadas*. Consultado em: 3 de julho de 2022. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estru07>.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – *Cronologia*. Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.psd.pt/pt/cronologia>.

PARTIDO SOCIALISTA – *A Nossa História*. Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://ps.pt/a-nossa-historia/>.

RAIMUNDO, Filipa – *Ditadura e Democracia, Legados de Memória*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018.

RAIMUNDO, Filipa; DIAS, António Luís – «Guerreiros mnemónicos. Os partidos políticos e a memória da transição portuguesa durante as celebrações oficiais do 25 de Abril». In *45 Anos de Democracia em Portugal*. Lisboa: Assembleia da República, 2020, pp. 163-179.

ROSAS, Fernando – «Os quatro regimes». In *O Século XX Português*. Lisboa: Tinta da China, 2020, pp. 17-115.

SANCHIS, Pierre – «Introdução». In *Arraial: Festa de Um Povo*. Lisboa: Etnográfica Press, 1983, pp. 15-37. DOI: 10.4000/books.etnograficapress.5777.

SARTORI, Giovanni – «Uma tipologia dos sistemas partidários». In *Ensaio de Política Comparada*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 99-130.

SEIXAS, Miguel Metelo de – *Quinas e Castelos*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019.

SENA MARTINS, Bruno – «A Guerra Colonial portuguesa na democratização da história: corpos, subjetividades e violências». In *Brasil e Portugal: Ditaduras e Transições para a Democracia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, pp. 241-262. DOI: 10.14195/978-989-26-1717-6\_10.

SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno; HERMENE-GILDO, Reinato Saraiva – «As presidências portuguesas da União Europeia». In *Relações Internacionais*. N.º 48, 2015, pp. 61-78.

SOBRAL, José Manuel – *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

SOUSA SANTOS, Boaventura de – «Descolonizar a História». Consultado em: 5 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rAhWELV092M>.

TAVARES, Rui – *Esquerda e Direita: Guia Histórico para o Século XXI*. 1.ª edição. Lisboa: Tinta da China, 2021, pp. 58-59.

TAVARES DE ALMEIDA, Pedro; BRANCO, Rui – «Apresentação». In *Burocracia, Estado e Território – Portugal e Espanha [Séculos XIX-XX]*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 9-11.

VALA, Jorge – *Racismo, Hoje: Portugal em Contexto Europeu*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021, pp. 126-128.

VALE DE ALMEIDA, Miguel – «O estranho caso da sobrevivência do lusotropicalismo». Consultado em: 6 de julho de 2022. Disponível em: <https://setentaequatro.pt/ensaio/o-estranho-caso-da-sobrevivencia-do-luso-tropicalismo>.

VIEGAS, Susana de Matos; PINA-CABRAL, João de – «Na encruzilhada portuguesa: a antropologia contemporânea e a sua história». In *Etnográfica*. Vol. 18, N.º 2, pp. 311-332. DOI: 10.4000/etnografica.3694.